

As Divergências entre Marx e Bakunin na I Associação Internacional dos Trabalhadores*

Pablo Ornelas Rosa**

O proletariado, desde o início de sua existência, teve de encarar a internacionalização do sistema capitalista, servindo a crescentes centralizações, tanto do capital, quanto do Estado. Foi exatamente neste contexto que esta classe extremamente oprimida começou a criar uma consciência coletiva e autônoma, buscando posteriormente o seu fortalecimento através de associações, federações e sindicatos.

Algumas ondas de contestação a esta frente de expansão burguesa acabaram se iniciando, já que o único propósito desta era a exploração do trabalho, com o intuito da acumulação de capital. Os trabalhadores que percebiam a constância desta exploração começaram a acreditar que a prosperidade da burguesia era incompatível com o seu bem-estar e com a sua liberdade, uma vez que ela se baseava na sua própria escravidão. Assim, a *luta de classes* acabou sendo vista como uma fatalidade que só haveria de cessar quando a burguesia fosse completamente destruída. No entanto, para que isso ocorresse, deveriam se unir fortemente através de uma associação que unificasse todos os trabalhadores.

As revoluções de 1848, fortemente marcadas pela necessidade de unificação desta classe em âmbito nacional, na busca pela conquista de um maior número de adeptos e forças para as suas reivindicações, trouxeram a importante percepção de que esta era uma primeira etapa e que, seqüentemente, a autonomia operária nacional deveria se ampliar, na medida em que se internacionalizasse esta associação dos trabalhadores.

Em setembro de 1864, é fundada, em Londres, a I Associação Internacional dos Trabalhadores, ligada diretamente à contestação desta ideologia que defendia o desenvolvimento dos grandes

Estados burgueses nacionais europeus, necessários para a perpetuação do sistema capitalista. Esta associação buscava vincular diretamente os proletários de todo o mundo, através de uma estratégia internacionalista. Apresentava como objetivo uma revolução popular que decorreria na derrota do sistema vigente. Buscavam o fim da dominação burguesa e da escravidão da classe proletária, implementando um outro mecanismo social, que não mais estivesse relacionado à exploração do trabalho.

A I Associação Internacional dos Trabalhadores era composta por organizações operárias que defendiam diferentes concepções, táticas ou tendências do pensamento social. As principais contribuições vieram dos franceses, com o proudhonismo e com o blanquismo; dos italianos, com o mazzinismo; dos ingleses, com os sindicatos liberais; dos alemães, com os ideais de Lassale e principalmente com Marx, que se responsabilizou pela elaboração dos próprios estatutos da internacional – sua contribuição teve início com o Manifesto do Partido Comunista, escrito entre 1847 e 1848, que buscava uma maior articulação entre os trabalhadores de todo o mundo.

Estas muitas diferenças foram discutidas nos Congressos Internacionais de Lausanne (1867), Bruxelas (1868) e Basileia (1869), onde, além de apoiarem movimentos grevistas em diversos países, debatiam temas de grande importância para a classe operária, tais como: luta pela redução da jornada de trabalho, luta contra a exploração da mão-de-obra infantil e feminina, luta contra o desemprego, o papel dos sindicatos e organizações operárias nas lutas contra o sistema capitalista, a cooperação internacional dos operários, o direito à educação do proletariado, o papel da mulher no capitalismo, a coletivização das terras e da indústria, entre muitos outros. Entretanto, essa ampliação militante da classe operária acabou despertando a ira de muitos governos constituídos, deixando como consequência crescentes ondas de repressão.

O Congresso de Basileia, realizado em 1869, esteve fortemente marcado por duas correntes importantíssimas do pensamento socialista: uma, que acreditava na Ação Política através da conquista do poder estatal via partidos que representassem os

interesses da classe do proletariado; e a outra, que acreditava em uma Ação Direta coletivista anti-estadista, através de uma forte associação de classe independente de partidos políticos. A primeira, além de ser representada pelos seguidores franceses de Auguste Blanqui – os chamados blanquistas –, era também representada pelo Conselho Geral de Londres, sob hegemonia de Karl Marx e Friedrich Engels. Defendiam a tomada do poder estatal através da coerção de um grupo de revolucionários do proletariado que, posteriormente, implantaria uma ditadura do proletariado, buscando esta transformação social.

Da outra corrente, dentre muitos, participavam o anarquista ou socialista libertário russo Mikhail Alexandrovich Bakunin (visto como um dos maiores pensadores e ativistas de sua época), italianos ex-mazzinianos, alguns espanhóis e franceses seguidores de Pierre-Joseph Proudhon. Eles defendiam a implantação de um sistema federalista e autogestionário, em que não existiria uma “elite” ou uma ditadura do proletariado sob a direção de um partido.

As experiências da Comuna de Paris (1870-1871) tiveram um papel fundamental nas análises e propostas de ambas as correntes que estavam em conflito no Congresso de Basileia, pois a riqueza das tradições revolucionárias presentes acabava contagiando e sendo a grande inspiração para as lutas de classes existentes naquele momento. Os que defendiam a idéia da ditadura do proletariado e, conseqüentemente, a tomada de poder pelo Estado, argumentavam que este iria se diluir, deixando de existir como tal. A própria práxis proletária tratava de destruir o poder do Estado, criando condições para a emancipação do trabalhador, quando se enfatizaria o papel das comunas, que seriam a base de todo o sistema em que as relações econômicas, sociais e culturais estavam inseridas.

O grupo defensor da ditadura do proletariado acreditava que o Estado era fundamental na transição do capitalismo para o socialismo. O proletariado precisaria utilizá-lo, não para alcançar a sua liberdade, mas para reprimir os seus adversários, fazendo com que a idéia de livre mercado mundial - base de toda a ideologia liberal, a qual os Estados defendiam com tanta veemência

- fosse eliminada pela idéia de uma sociedade socialista, onde todos seriam realmente dignos, livres e iguais.

Já as críticas feitas pelos federalistas ou anti-estadistas partiam de um pressuposto que apresentava como base argumentativa a idéia de que as experiências vividas na Comuna de Paris seriam realmente autogestionárias, com base na Democracia Direta, e não marcadas pelo autoritarismo desta ditadura do proletariado, defendida por aqueles que acreditavam em uma ação política como mecanismo de transformação social, em que a classe proletária sairia vitoriosa com as transformações posteriores que seriam feitas por seus representantes.

Os federalistas – seguidores primeiramente de Proudhon e posteriormente de Bakunin – acreditavam que não havia necessidade da existência de um Estado, nem mesmo de um grupo que fizesse frente às transformações sociais. Mostravam que o povo francês poderia se organizar de uma forma tão espontânea, que até mesmo as ações dos delegados do povo não seriam vistas como favores cumpridos, mas como deveres destes para com toda a população. A polícia, por exemplo, seria organizada e controlada não por um comunardo representando uma maioria, mas pelo consenso de todos. O Estado não existiria e não determinaria em nada. Tudo seria decidido pelas próprias Comunas, através de suas assembléias.

“A democracia que reinava na Comuna de Paris estendeu-se para as empresas, notadamente sob a influência das mulheres. Houve a criação de oficinas autogeridas. Um decreto de 16 de abril prevê a retomada da produção, pelos operários associados, das empresas desertadas pelos seus patrões. Tratava-se dos primórdios, das premissas da autogestão. Por conseguinte direi que a Comuna se inspirou diretamente na Constituição do Ano II. Lembro-me que essa constituição do Ano II proclamava o direito à insurreição como sendo o “mais sagrado dos direitos e o mais indispensável dos deveres.” Poucas constituições depois dela seguiram seu exemplo (...) A Constituição do Ano II apontava, como finalidade

para a sociedade política, a obtenção da "felicidade comum". Era, pois, uma verdadeira democracia direta e, por conseguinte – empregando o termo da época – era a "social". Liberdade de não mais ser explorado, com a supressão das multas patronais, a proibição do trabalho noturno, etc." ¹

Estas discussões que, de certa forma, apresentavam como origem os processos democráticos vividos nas experiências da Comuna de Paris, eram trazidas aos debates por Bakunin e seus aliados. Eles defendiam-na, argumentando ser esta a forma de Democracia Direta de cuja totalidade a I Associação Internacional dos Trabalhadores deveria ter conhecimento, para lutar pela implementação deste mecanismo de finalidade sustentável e anti-hierárquica, que articularia a própria revolução do proletariado.

Buscavam criar um mecanismo autônomo e uma coletividade revolucionária forte, que preparasse a própria revolução para direcioná-la. No entanto, este controle de ação não seria determinado por uma **vanguarda revolucionária**, mas pela própria organização deste movimento revolucionário de massas, em que não se reconstituíam nem autoridades, nem governos e nem Estados. Combateriam todas as ambições, tanto coletivas – estas eram as críticas feitas ao autoritarismo da ação política estatal defendida por Marx e Engels – quanto individuais, por influências naturais de liderança. Afirmavam que o poder baseado na coletividade se tornaria a expressão sincera da liberdade de cada um e a realização fiel da vontade de todos.

Já Marx, Engels e os seus aliados defendiam a idéia de que a I Associação Internacional dos Trabalhadores deveria criar um partido para a Classe Trabalhadora, com o propósito de unificá-la. Nele, participariam das disputas eleitorais com o propósito de **vanguarda revolucionária** da classe trabalhadora, que deveria lutar pela imposição de uma **ditadura do proletariado**. Estes revolucionários políticos, partidários desta ditadura, acreditavam que a massa trabalhadora deveria confiar neles e se submeter aos novos poderes que iriam se estabelecer, contribuindo com a transição deste novo sistema, do qual saíam mecanismos similares aos aplicados na Comuna de Paris.

Vê-se que ambos desejavam agregar à I Internacional todas as tendências políticas envolvidas diretamente com o movimento operário. Isto era compreendido nitidamente nos principais estatutos e documentos da entidade, que buscava uma imediata ação conjunta, satisfazendo diretamente as necessidades das lutas de classe e servindo de estímulo às organizações de todo o mundo.

As divergências que foram se constituindo com o passar do tempo no bojo desta organização foram, também, um dos principais fatores de desarticulação da mesma. Com a ampliação deste movimento de internacionalização da classe trabalhadora, ampliaram-se também muitas das divergências e das táticas para as ações revolucionárias sugeridas, fragmentando-se em tendências que partiam de uma mesma crítica sócio-econômica, buscando um mesmo fim social. No entanto, as propostas para as práticas e ações conflitavam-se. De um lado, estava a Ação Política através do Estado, defendida principalmente por Marx e Engels e, de outro lado, estava a Ação Direta, defendida principalmente por Bakunin, tendo como propósito uma articulação baseada no cooperativismo e na autogestão.

Acaba se tornando nítida a percepção de que as divergências destes dois titãs do pensamento socialista vão se ampliando na medida em que a I Associação Internacional dos Trabalhadores vai conquistando um maior número de integrantes. Entretanto, o conflito só vai se intensificar, quando Marx propõe e acaba oficializando – na Conferência de Londres, realizada entre os dias 17 e 23 de setembro de 1871 – a Resolução IX, em que trata da Ação Política de uma forma totalmente explícita, afirmando que todos os participantes deste movimento internacional deveriam se integrar a partidos das classes trabalhadoras que estavam sendo criados.

É o Congresso de Haia, realizado entre os dias 02 e 07 de setembro de 1872 – um ano após o Congresso de Londres – que passa, então, a incorporar nos seus estatutos os princípios defendidos por esta Resolução aprovada anteriormente, onde diz que **"(...) a constituição do proletariado em partido político é indispensável para garantir o triunfo da revolução social e do seu objetivo supremo: a abolição das classes."** ²

O modelo visualizado por Marx e Engels, primeiramente, era similar ao do movimento operário chamado Cartista - derivado da Carta ao Povo ou *People's Charter* - o qual fazia oposição ao Partido Burguês, na Inglaterra. Atuavam pela independência do povo, através da busca pela democratização do regime estatal. Os Cartistas eram representantes do movimento revolucionário dos trabalhadores ingleses que marcaram intensamente o período entre 1836 e 1848; porém, não eram propriamente socialistas. Mais tarde, Marx e Engels acabam se inspirando no Partido Operário Social-Democrata alemão, fundado em 1869 por Wilhelm Liebknecht e August Bebel, que, dentre outras propostas, defendia a implantação do Estado Livre Socialista, abolindo o sistema salarial e todas as formas de exploração e suprindo, assim, todas as desigualdades sociais e políticas. No entanto, Marx e Engels criticavam estas propostas.

A abertura para ações de diferentes formas, a explode diferentes partidos políticos, sempre existiu para Marx e Engels, que nunca impuseram ou trataram especificamente de um modelo partidário exclusivo. No entanto, o que impuseram foi a forma de Ação Política Partidária, eminentemente estatal, possibilitando que Bakunin e alguns anarquistas ou socialistas libertários desenvolvessem um programa anti-autoritário, no intuito de desmobilizar o Conselho Geral da I Associação Internacional dos Trabalhadores, que estava sob total controle de Marx e Engels.

Bakunin argumentava que não havia necessidade de os trabalhadores se organizarem em partidos políticos para dar início a uma revolução social. Ele defendia a idéia de que o sucesso desta viria da auto-organização de um grande grupo de trabalhadores da mais baixa renda ou, ainda, daqueles que estivessem excluídos do mercado de trabalho - o Lumpemproletariado. Isto porque estes, que nada possuíam, sofriam muito mais do que aqueles que tinham pelo menos o mínimo. Contudo, ambos acabariam se unindo e se beneficiando com o processo de solidarização que ocorreria, afetando os diferentes níveis sociais da classe trabalhadora. Já para Marx, quanto mais miserável a classe, mais disposta a se corromper seria.

Bakunin negava-se a participar desta *vanguarda*

revolucionária. Acreditava que o poder tinha uma grande capacidade de corromper os indivíduos. Por conseguinte, ele acaba criando dentro da própria Associação Internacional dos Trabalhadores uma organização secreta, chamada de Sociedade ou Fraternidade Internacional Revolucionária - que buscava valorizar as liberdades individuais, criticando o Estado e as demais autoridades - no intuito de contestar e conspirar contra o autoritarismo dos seguidores de Marx, que estavam impondo aos trabalhadores uma única forma de participação: a político partidário. Bakunin negava-se veementemente a ser mais um representante e coordenador das massas, trabalhando para o Estado, caso esta ditadura fosse implantada.

Este episódio, marcado por divergências, acabou tendo como consequência a expulsão de Bakunin da I Associação Internacional dos Trabalhadores. "O Congresso resolve I. Excluir Mikhail Bakunin. *Votaram a favor: 27; contra: 6; abstenções: 7* (...) X. *Comissão para a redação dos processos-verbais: Foram nomeados, sem oposição: Dupont, Engels, Frankel, Le Moussu, Marx, Serrailier*"³. Contudo, percebe-se que estas votações foram completamente manipuladas, o que acabou influenciando mais tarde - juntamente com a transferência da sede da Internacional de Londres para Nova Iorque - para o próprio fim desta organização, que havia perdido muito de sua credibilidade com as ações arbitrárias de Marx e com as conspirações de Bakunin. Pouco antes de ser expulso da I Associação Internacional dos Trabalhadores, Bakunin escreve uma carta, datada de 12 de junho de 1872, como Resposta à Circular Privada do Conselho Geral da Internacional - escrita alguns dias antes, por Marx. Nela, ele expõe as suas principais frustrações relacionadas a sua participação na Internacional e sobre o total controle e imposição de Marx:

Propagou contra mim, durante três anos aproximadamente, e principalmente desde esse infeliz Congresso de Basileia, no qual ousamos votar, com a maioria, contra a política marxiana (...) Estes homens hoje se desonram, sem dúvida, e causam um grande dano à Internacional ao servirem da calúnia para combater adversários que eles desesperam provavelmente em aniquilar pela

força de seus argumentos. Sem dúvida, ao seu grande zelo pela causa do proletariado soma-se, de um modo bastante desagradável, uma considerável dose de pretensões vaidosas e opiniões ambiciosas (...) Nada prova melhor a dominação desastrosa do Sr. Marx no conselho Geral do que a referida circular. Percorrei os nomes dos quarenta e sete signatários e encontrarei somente sete ou oito que puderam pronunciar-se neste caso com algum conhecimento de causa. Todos os outros, instrumentos complacentes e cegos da cólera e da política marxianas, referendaram uma condenação infame contra nós, a quem jamais viram, nem ouviram falar, a quem julgaram e executaram sem terem sequer se dignado a nos dirigir a pergunta.” (Escritos Contra Marx:” Resposta à Circular Privada do Conselho Geral , M. BAKUNIN, p.117-119)”.

Vimos que os conflitos entre estas diferentes concepções de socialismo existentes na I Associação Internacional dos Trabalhadores foram fortes o suficiente para a finalização desta importante organização. No entanto, ela nos deixou como herança um espírito sindical altamente revolucionário, como nunca visto anteriormente. Muitos dos termos ou conceitos da época acabaram se perpetuando e sendo usados em nossos dias, assim como inúmeras das idéias deixadas por estes pensadores também são refletidas nas decisões tomadas hoje por governos, organizações, movimentos sociais, etc.

A importância da I Associação Internacional dos Trabalhadores não está somente centrada no fato de contribuir intelectualmente a muitos pensadores que não estiveram presentes na época, mas também na sua influência direta em diversos acontecimentos históricos.

Um fato importante para ressaltarmos, neste trabalho, é que o colapso em que o mundo socialista, principalmente a URSS, entrou no final da década passada, já havia sido anunciado profeticamente por Bakunin no século passado, quando este alertava os perigos do autoritarismo em que a ação política partidária estava inserida. Ele afirmava - na sociedade secreta, a qual havia criado na I Internacional - que a ação não deveria ser imposta, mas organizada de baixo para cima; trabalhando

secretamente com a ajuda da influência individual sobre os indivíduos mais inteligentes e mais influentes de cada localidade, para que esta organização seja o mais possível conforme seus princípios.

No entanto, não podemos supervalorizar a sociedade secreta criada por Bakunin, pois esta acabou sendo uma seita altamente sectária, chegando a ponto de restringir diversas relações sociais, por meio de um *Catecismo Revolucionário*. O rancor destes indivíduos que desacreditavam nas propostas de Marx gerou uma personificação deste, que acabou sendo o sinônimo de autoritarismo para os pensadores anarquistas, que o combatiam muitas vezes, tanto quanto os pensadores liberais.

Uma vez que a realidade impossibilita a aplicação de um determinado mecanismo abordado por um destes pensadores clássicos, procura-se, em outros pensadores - clássicos ou mesmo contemporâneos -, encontrar formas de conciliação para que esta realidade se modifique. A importância de ambos os pensadores abordados aqui não ocorre somente pelo fato de terem influenciado diversos indivíduos de suas épocas, mas por influenciarem diariamente nas ações do nosso cotidiano.

NOTAS:

* - Trabalho de Conclusão da Disciplina Optativa “Capitalismo e Sociedade”, lecionada pela Professora Dra. Nise Jinkings, no semestre 2002/1 na UFSC.

** - Aluno da 6ª fase do Curso de Ciências Sociais da UFSC.

- 1 - A Comuna de Paris na História, A. BOITO JR. (org.), “História e Vigência da Comuna de Paris” C. WILLARD, p. 19.
- 2 - Estatuto da Associação Internacional dos Trabalhadores, K. MARX & F. ENGELS. Obras Escolhidas, p. 322-325.
- 3 - Escritos Contra Marx: “Resoluções do Congresso de Haia”, datado de 21 de outubro de 1872, p. 127-128.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BAKUNIN, Mikhail A. *O Socialismo Libertário*. São Paulo: Global, 1979.
- _____. *Escrito Contra Marx: Conflitos na Internacional*. São Paulo: Novos Tempos, 1989.
- _____. *Socialismo e Liberdade*. Rio de Janeiro: Coletivo Libertário, 2002.
- _____. *Textos Escolhidos*. Porto Alegre: L&PM 1983.
- BOITO JR., Armando (Org.). *A Comuna de Paris na História*. São Paulo: Xamã, 2001.
- BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- CHASIN, J. (Org.). *Marx Hoje* (Volume 1). São Paulo: Ensaio, 1988.
- CRANSTON, Maurice. *Diálogo Imaginário entre Marx e Bakunin*. São Paulo: Imaginário, 1999.
- HOBSBAWN, Eric J. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MARX, K. & ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Lisboa: Edições Avante, 1983.
- _____. *Textos* (Volume III). São Paulo: Ed. Alfa-Omega (Edições Sociais), 1981.
- _____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret. 2001.

- MEZZAROBA, Orides. *O Partido Político em Marx e Engels*. Florianópolis: Editora Paralelo 27, 1998.
- SILVA, Jorge E. *Marxismo e Anarquismo: Duas Visões Divergentes de Socialismo*. Desterro: Libertina, 1999.
- WOODCOCK, George. *Anarquismo: Uma história das idéias e movimentos libertários*. Porto Alegre: L&PM, 1984.